



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Gonçalves Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton do Rosário Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 30 minutos.

Deu-se início à discussão conjunta, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2016, analisando o orçamento da Presidência da República. Intervieram, além do Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública (Américo Ramos), o

Sr. Jaime Menezes (Director Administrativo e Financeiro da Presidência da República) e os Srs. Deputados Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Jorge Correia (PCD) e Danilson Cotú (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 9 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente** (Vasco Guiva): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**: — Sra. e Srs. Deputados, Sr. Director Adjunto Financeiro da Presidência da República, Sr. Assessor e os demais presentes na sala, bom dia.

Verificado o quórum, quero solicitar aos grupos parlamentares se há alguma substituição dos seus elementos na Comissão. Parece-me que não.

Srs. Deputados, iniciamos hoje os nossos trabalhos com a discussão, na especialidade, das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016, como reza o artigo 211.º do nosso Regimento:

«1.O debate na especialidade das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado não pode exceder 10 dias, sendo o deste último organizado de modo a discutir-se, sucessivamente, o orçamento de cada ministério, nele intervindo os respectivos membros do Governo.»

Conforme a nossa agenda, aprovada na Comissão, hoje nos debruçaremos somente sobre as áreas institucionais, começando pela Presidência da República. Por isso, temos o Sr. Director Adjunto Financeiro da Presidência da República, acompanhado do seu Assessor Económico, pelo que agradeço pela sua presença e peço que nos apresente o seu orçamento para 2016, se a estimativa de programação lhe satisfaz e se aquilo que foi agendado pelo Governo está conforme, para podermos prosseguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, apenas uma nota prévia.

Aquando da discussão na generalidade, da análise que fizemos dos dois documentos e das respostas que foram dadas na altura, apercebemo-nos que tínhamos alguma dificuldade de fazer a comparação dos números, sobretudo na questão de execução de 2015 e aquilo que estava programado para 2016.

Foi-nos dito pelo próprio Governo, também no decorrer do debate, que a execução do documento que estávamos a analisar era até Setembro de 2015, mas que o Governo já tinha novos elementos até Dezembro.

A minha pergunta é se a nível da Comissão temos algumas alterações ou alguma adenda que permita ainda, antes da discussão na especialidade, ter novos números para efectivamente fazermos a comparação e saber exactamente a questão de execução de 2015. Pela informação que temos e pelo documento que foi entregue aos grupos parlamentares, particularmente do MLSTP/PSD, há execução do orçamento até Setembro de 2015.

É esta a nota prévia, antes de ter qualquer opinião em relação à questão na especialidade.

O Sr. **Presidente**: — A nível da Comissão, recebemos os mesmos documentos que mencionou, pelo que solicitarei ao Sr. Ministro das Finanças que nos pudesse prestar esclarecimentos, porque realmente recebemos a execução acompanhada do OGE, uma execução até Setembro.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Realmente os dados contidos nos documentos fornecidos para a discussão e aprovação do Orçamento são dados relativamente à execução até o mês de Setembro e temos dados provisórios até Dezembro. Não os trouxe comigo, mas posso pedir aos serviços que façam a impressão dessas informações e acho que ao longo das nossas discussões poderei fornecer esses elementos à Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Passo agora a palavra ao Sr. Director Administrativo e Financeiro da Presidência da República.

O Sr. **Jaime Menezes** (Director Administrativo e Financeiro da Presidência da República):— Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, bom dia.

Em relação ao orçamento que nos foi apresentado, não temos quaisquer objecções, é igual ao de 2015. A nossa preocupação é em relação ao pessoal. Normalmente, no final do mandato, alguns cargos políticos recebem até 2 meses de salário e outras remunerações. Na nossa proposta de orçamento contemplamos isso, mas na proposta do Governo isso não vem.

A pergunta que faço ao Sr. Ministro é: como é que solucionaremos isso?

Nos meses de Setembro, Outubro fizemos o orçamento, calculando 14 meses para alguns cargos políticos. São 12 meses normais do quadro de pessoal, mais 2 meses que normalmente se paga, quando a pessoa termina a sua função. Isso tem sido uma prática constante e é essa a nossa dificuldade actualmente.

Em relação ao investimento, também não temos qualquer objecção. O único problema que levantamos é que na nossa proposta prevíamos a reabilitação do edifício do Palácio do Povo, que carece de pintura, tínhamos calculado isso e não foi aceite pelo Governo.

O Sr. **Presidente**: — Pelo que compreendemos, aquilo que foi programado pela Presidência da República não foi atendido pelo Governo.

Deixou-se questões ao Sr. Ministro. A questão remuneratória dos 2 meses para o fim do mandato dos titulares, na Presidência, e a questão de reabilitação do edifício do Palácio do Povo.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação à questão da remuneração, isso constitui encargo de Estado, tendo em conta que é prática os titulares, depois de abandonarem as funções, continuarem a receber. Por isso, reservamos esse valor, no encargo geral do Estado, para não criar condições de não satisfação desse direito consagrado na Lei, quando estamos perante outras pessoas na gestão da Presidência. Poderá acontecer estar outra pessoa na gestão da Presidência e não acatar convenientemente aquilo. Então pusemos nos encargos gerais do Estado os 2 meses que as pessoas têm direito, no final do mandato. Isso está acautelado.

Em relação à pintura do Palácio do Povo, já foi abordado com a Presidência que o Palácio requer uma intervenção mais profunda que só pintura e estamos a ver uma forma de enquadrá-la, em função da necessidade, nos encargos gerais do Estado, porque é um património do Estado. Queremos enquadrar essa remodelação profunda do Palácio. Sabemos que há muitas outras coisas a serem feitas, por isso não especificamos aqui só a pintura, aguardando que esse levantamento total seja feito e depois enquadrar nos encargos gerais do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director entendeu?

O Sr. **Jaime Menezes** (Director Administrativo e Financeiro da Presidência da República): — Sim. Não temos qualquer objecção, o orçamento apresentado nos satisfaz.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD). — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caras e Caros Deputados, Srs. Director e Assessor do Gabinete da Presidência da República, bom dia.

Apenas para alimentar a minha curiosidade, gostaria de saber da Presidência, uma vez que o que está plasmado para 2016 é mais ou menos o que foi em 2015, qual é o grau de cumprimento que houve em 2015 das rubricas adstritas à Presidência da República?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director Administrativo e Financeiro.

O Sr. **Jaime Menezes** (Director Administrativo e Financeiro da Presidência da República): — Sr. Deputado, penso que cerca de 100%. Não houve qualquer situação, todas as requisições que fizemos, de acordo com o orçamento de 2015, foram satisfeitas.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD). — Obrigado, estou esclarecido.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há mais alguma solicitação?

A Presidência da República está satisfeita com o seu orçamento, pois teve uma execução de 2015 a 100%.

Uma Voz: — *Falou com o microfone desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Cerca de, quase 100%. O Sr. Director disse que todas as requisições emitidas às Finanças foram atendidas. Não foi, Sr. Director?

O Sr. **Jaime Menezes** (Director Administrativo e Financeiro da Presidência da República): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, bom dia.

Fiquei com a sensação que o Sr. Director Administrativo disse «quase», «cerca de». Sendo isso, abre a possibilidade de não haver 100%. O que gostaria de saber do Sr. Director é o que faltou que não se chegou a 100%.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director, «100%» ou «cerca de»?

O Sr. **Jaime Menezes** (Director Administrativo e Financeiro da Presidência da República): — Quando digo «cerca de», estou convencido que é possível que tenhamos ultrapassado os 100%.

Murmúrios.

É possível, posso explicar. Há o sistema SAFE. O Orçamento de 2015, não foi aprovado no período exacto. Nesse período de Janeiro a Maio, fizemos as requisições no quadro de duodécimos mensais, foram aceites, mas depois na contabilização final houve alguma situação. Estou convencido que ultrapassamos os 100%.

O Sr. **Presidente**: — Isso chega a convencer, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública**: — Sr. Deputado, não é uma questão para vibrar, é uma questão de coerência. Como confirmou o Sr. Director Administrativo da Presidência, em função das necessidades, alocámos os recursos requisitados pela Presidência. Assim, estamos já a justificar alguns aspectos que vêm na execução, que foram questionados a nível da discussão na generalidade, onde há sectores, que vamos encontrar, que têm uma execução inferior a 100%. 30, 40 ou 50%. Porquê? Porque face ao ritmo de execução de um sector, podemos realocar verba de um sector para outro. Se a Presidência tem a necessidade de consumir mais recursos e há sectores que não estão a consumir, a lei nos permite a reafectação desses recursos para outros sectores. Esta é a justificação técnica de a Presidência ter ultrapassado a sua execução face àquilo que estava programado.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se há mais solicitações dos Srs. Deputados.

Podemos então dar por concluído o trabalho com a Presidência da República, atendendo que estão satisfeitos com o orçamento projectado para 2016.

Esperemos que a execução ultrapasse também a programação de 2016. Já seria bom.

Obrigado Sr. Director, o seu orçamento, como o mesmo disse, satisfaz as suas necessidades para 2016. Declaro encerrada a reunião.

Eram 9 horas e 45 minutos.